

## MULHER, PROFESSORA E ATIVISTA SOCIAL: O MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS DA BAHIA, EM 1947

*Alcides Leão Santos Júnior\**

*Só resta então uma esperança:  
que as falhas se transformem em fagulhas.*  
(Waly Salomão).

**Resumo:** Estuda-se a mobilização das professoras primárias, na Bahia, na década de 40, movimento social que retrata o papel da mulher e da professora primária como responsável pela criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários. Parte-se do pressuposto de que as motivações corporativas para a valorização profissional foram fundamentais para a eclosão do movimento dessas professoras. Dessa forma, objetiva-se a análise dos fatos e acontecimentos que marcaram esse movimento por meio das memórias dos “sujeitos epistêmicos”.

**Palavras-chave:** História da Educação. Memória. Gênero. Movimento Social.

---

\* Pedagogo (UCSAL), Mestre em Ciências Sociais (UFRN), membro do Grupo de Estudos Boa-Ventura (PPGCS-UFRN) e Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: alcidesleaojr@bol.com.br

### **Considerações iniciais**

O desejo de estudar o movimento das professoras primárias da Bahia emergiu do contato que tivemos com a Sociedade Unificadora dos Professores Primários (SUPP) – por conta das comemorações pelo seu cinquentenário. E como não poderia deixar de ser, essa discussão constitui-se um momento de diálogo e reflexão sobre a forma como percebemos a práxis educativa.

O diálogo que constituímos, inicialmente, ao lecionar a disciplina História da Educação, no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (FAC/Candeias, Bahia), nos levou a perceber a ausência de fontes documentais dos fatos que marcaram a historiografia educacional baiana, o que nos conduziu a pesquisar esses fatos. Diante da multiplicidade de acontecimentos que marcam a História da Bahia desde a chegada dos portugueses, centramos nossos estudos nos anos 40 do século XX porque esse período se constitui como um dos marcos do liberalismo econômico e das lutas de classes. Diante desse quadro, deparamos-nos com o movimento de mulheres professoras primárias na criação e organização de sua entidade representativa de classe.

Também a reflexão decorrente dos estudos que ora fazemos sobre gênero, sob a tutela do Grupo de Estudos em Filosofia, Gênero e Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia constituiu-se uma outra motivação para este trabalho. Entendemos o estudo de gênero como categoria analítica e, dessa forma, procuramos seu viés inter-transdisciplinar e o associamos à educação, à docência e à memória. O percurso que faremos é marcado pelos relatos orais que se sustentam nos pilares da História Oral. Sendo assim, procuraremos produzir conhecimentos a partir da experiência do “outro”.

A aproximação entre o diálogo e a reflexão nos levou aos acontecimentos que marcaram a criação da SUPP, tendo em vista que a história das mulheres é pouco explorada nos meios acadêmicos, pela ausência (ou publicações escassas) de fontes documentais. Percebemos

que a bibliografia acadêmica sobre gênero assumiu o caminho da análise. Nessa perspectiva, o estudo de gênero procura traçar um perfil socioeconômico e psicológico das mulheres e conduz a um reducionismo ligando-as apenas aos movimentos feministas. Outro fato a salientar é que a maioria desses estudos limita-se a essa centralidade, por isso buscaremos, nesta pesquisa, desmistificar a figura passiva da mulher na sociedade e trazer à tona como as mulheres se organizam e participam das transformações da sociedade no percurso histórico.

### **Gênero uma categoria em análise**

No cerne das exigências da sociedade contemporânea, estão as transformações globais tanto na esfera organizacional quanto na esfera humana. Tal conjuntura, ao longo das últimas décadas, vem proporcionando uma (re) leitura da memória humana como um suporte da (re) construção da história social. Situados num mundo de constantes mudanças, entendemos o professor como agente (re) construtor da memória coletiva.

Ao principiar no curso da História, constatamos que as relações sociais são marcadas pelas lutas entre os diversos atores e atrizes sociais. Essa ocorrência determina alterações nas esferas eco-sociopolítico-culturais que, por sua vez, direcionam o caminhar da humanidade. Nessa polifonia de vozes, dá-se sentido à aproximação entre gênero e docência.

A história da humanidade é marcada por conflitos que conduzem à dualidade: vencedor e vencido, dominante e dominado, ciência e senso comum, cristão e protestante... E ser homem e ser mulher.

O ser humano já foi totalidade, um ser de natureza completa, por inteiro e, de uma forma ou de outra, guardamos no nosso íntimo esse desejo de retornar a ser um ser uno, um ser completo e indivisível. A idéia do ser humano completo nos direciona a um espaço que propicia a reflexão que se dá em um intenso processo de socialização que é marcada pela produção de gênero. Flax (1991, p. 217-250) nos mostra que as relações de gênero “são uma categoria

destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como a se referir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variável” e ainda completa salientando que, por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Só que homem e mulher são apresentados como categorias excludentes.

Gênero é uma concepção teórico-analítica, por isso o entendemos como uma construção histórica, cultural e social. O ser humano na divisão social é uma complementaridade. Descrevendo dessa maneira e em estreitos termos biológicos, o ser homem e o ser mulher seguindo seu desenvolvimento é uma produção cultural e social. Acreditamos, porém, que tal fato não justifica que, no plano físico e em nossos corpos, circulem características comuns. Contudo, em determinados momentos, as especificidades das funções bioanatômicas marcam as diferenças entre os sexos.

Culturalmente, é essa a relação que tem sido ensinada aos sexos opostos, a mulher presa à preservação da espécie, ligada às amarras da maternidade, num fazer considerado e sem criatividade, o homem livre para criar instrumentos poderosos, preparar o futuro e forjar sua identidade (PASSOS, 1994, p. 23).

Como podemos reparar, quando o sujeito assume o seu “eu” sexual, boa parte de sua experiência vivida representa o (re) conhecimento que sustenta a construção da sua identidade, que não será representada na totalidade já que sua imagem somente representa uma parte. Assim, o homem se mostra com aparência viril, e a mulher, frágil. No processo de afirmação da identidade, são atribuídos mecanismos de socialização, são determinados valores e regras que especificam cada sexo. Este processo mostra-se conforme uma sucessão de diferentes níveis de conscientização que não permite a (re) construção do processo de (de) formação da sua identidade sexual.

### **Docência: uma atividade eminentemente feminina**

As relações de diferenciação entre o homem e a mulher são marcadas por fatores sócio-históricos. Levando em conta essa premissa, na demarcação do modo de produção, talvez essa diferenciação – entre os sexos – seja mais explícita.

Quando se focaliza o “mundo do trabalho”, percebemos com maior veemência as desigualdades entre os sexos. Contudo, se prestarmos atenção, poderemos perceber, também, que, a esta altura do caminhar histórico, o distanciamento do abismo das desigualdades não apresenta diminuição.

Como não poderia deixar de ser, a relação mulher-trabalho sempre existiu. A história nos mostra que “na comunidade primitiva, as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens [...]” (PONCE, 1994, p. 18) e, seguindo o processo histórico, essa relação passa a sofrer alterações quando a mulher escrava assume papéis domésticos e de produção. Um novo rumo toma essa relação e, na sociedade capitalista, a mulher passa a tirar sua sobrevivência – e também da família – do seu trabalho. É imprescindível ter claro que o capitalismo cria dois tipos de mulher: a burguesa e a proletária. A primeira é aquela que vive em função do trabalho do marido, enquanto a segunda, é a operária, a camponesa... que sobrevive do seu trabalho como assalariada, fora do lar, e mantém-se responsável por todas as atividades domésticas – em casa. Tanto num sentido como no outro, a mulher começa a articular-se na ocupação do mercado de trabalho.

Los patronos parecen haber previsto un cambio continuo en la fuerza de trabajo femenina, em parte, esa era la razón de que se pudiera contratar a las mujeres por tan bajos salarios. Asimismo, parece ser que los bajos salarios se relacionaban con un cálculo económico que siempre consideraba que las mujeres eran “dependientes naturales” de los hombres, un padre, marido o hermano (SCOTT, 1992a, p. 52.)

Na medida em que deixa (va) o lar para procurar trabalho, essa busca é (era) entendida – pelos capitalistas – como uma complementação

de renda ou, simplesmente, um passatempo. Esse fato estabeleceu salários mais baixos e a ira dos homens que temiam ser desempregados.

A nosso encontro, vem a diferenciação que a sociedade estabeleceu a fim de ilustrar a inferioridade da mulher nas atividades produtivas. A inserção da mulher no mercado de trabalho precisa ser entendida como ocupação de postos de trabalho assalariado e com carteira de trabalho assinada. Nesse momento, as posições na ocupação de cargos começam a definir o trabalho do homem e o da mulher.

Sobre a divisão sexual do trabalho, Mello (1995, p. 71-72) comenta que:

Tem por trás uma divisão social que serve a interesse econômicos, a qual produz e ajuda a manter uma representação profissional que favorece uma retribuição desigual de salário e prestígio para profissões masculinas e femininas.

Os modos e maneiras como as coisas vão acontecendo e arranjando nos levam a compreender que ser professora foi o caminho encontrado pela mulher de classe média para ter acesso ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, Mello (1995, p. 70) esclarece que:

A sexualidade do magistério como ocupação feminina, decorrente de determinantes econômicos, revela-se, ou aparece, como fator natural em função de exigências que essa ocupação apresentaria e que supostamente se adequaria mais ao sexo feminino. Essa adequação baseia-se, em geral, em estereótipos sobre o que é natural no homem e na mulher, ou em características femininas e aprendidas ou induzidas pela socialização.

A presença feminina torna-se bastante significativa na esfera educacional e predominante nos anos iniciais de escolarização, ou seja, na escola primária.

A imagem de professora primária é dominante, com traços bastantes feitos, onde predomina a competência para o ensino das primeiras letras e contas, mas, sobretudo o carinho, o cuidado, a dedicação e o acompanhamento das crianças (ARROYO, 2002, p. 30).

Para Arroyo (2001, p. 30), os docentes das séries mais adiantadas são diferentes dos professores primários porque:

Não incorporaram os traços reconhecidos da professora primária, nem a confiança social. Não incorporaram a figura do educador, condutor da adolescência e juventude como a professora incorporou o cuidado, a dedicação e o acompanhamento da infância.

Diremos, pois, que o saber docente passa a ser atrelado à relação de cuidados e de afetividade que o professor mantém na relação com o aluno, assumindo, assim, a dicotomia teorização e manutenção do status. A influência dessa percepção fez do magistério dos anos iniciais uma profissão feminina. Sob essa influência, a figura do professor primário feminiliza-se, e a educação passa a ser concebida como uma extensão da família. A escola passa a ser a segunda casa, e a professora, a segunda mãe.

Não pretendemos discutir a relação escola–educação–família, mas as representações que essa dinâmica faz da docência. Bem, se o destino reservou às mulheres a profissão de professora por entendê-la como, segundo Louro, uma “atividade de amor, de entrega e doação, para a qual ocorreria quem tivesse vocação”, é Louro (apud SAFFIOTI, 1987) ainda quem nos revela que:

A entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX (a princípio lentamente, depois de forma assustadoramente forte) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula.

Lima (1996, p. 101), fazendo uma análise da entrada da mulher no magistério, no Estado da Bahia, salienta que esse ingresso deu-se em virtude da:

[...] falta de professores para o provento de vagas nas escolas de Primeiras Letras, devido aos baixos salários e à dificuldade de fiscalização das atividades docentes, fazendo com que o Curso se tornasse uma ocupação feminina.

O que ficou exposto é que essa não foi, de forma alguma, uma entrada “tranqüila”. Objeto de muitas disputas e polêmicas, a possibilidade de mulheres exercerem o magistério foi, como sabemos, contestada por diferentes discursos, especialmente a partir do momento em que, pela abertura das escolas normais às moças (em meados do século XIX), estas passaram a se construir numa presença muito maior do que se supunha ou se desejava. Os apelos para “conter” e também para disciplinar a massa feminina se multiplicaram. De modo mais incisivo, esses apelos se voltaram para aquele que seria o discurso mais importante da época, ou seja, o discurso científico. Portanto, foi com o apoio do “discurso científico” que alguns puderam afirmar que se constituía uma “temeridade”, uma “insensatez” entregar às mulheres – portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” – a educação das crianças.

Dessa maneira, o magistério dos anos iniciais de escolarização passa ao longo do tempo a ser uma quase exclusividade feminina, e esse fato marca um alto percentual de mulheres nos cursos de Magistério.

### **O movimento das professoras primárias na Bahia em 1947**

Longe de serem seres passivos e sem garra para a luta, as mulheres professoras marcam a História da Educação quando assumem a consciência de sua identidade – de mulher e de professora – e, ao tomarem consciência desse papel, essas profissionais ingressam no “mundo” do trabalho politizadas. Segundo Ponce (1994, p. 35):

A classe em si, apenas com existência econômica, se define pelo papel que desempenha no processo da produção; a classe para si, como uma classe que já adquiriu consciência do papel histórico que desempenha, isto é, como uma classe que sabe a que aspira.

As pesquisas sobre o desenvolvimento pessoal e profissional das professoras têm sido aceitas e ganham destaque ao longo dos anos, comprovando o papel da mulher como co-construtora do processo



histórico. A aproximação entre os estudos de gênero e docência com o trabalho marca os alicerces desta pesquisa. Tendo como base esses estudos, procuraremos retornar à discussão da participação feminina nos acontecimentos político-sociais que marcam a História da Sociedade e da Educação Baiana especificamente na década de 1940. Passos (1991, p. 6) nos elucida o contexto da época com a seguinte afirmação:

Em 1940, 56% das mulheres sabiam ler e escrever contra 62% dos homens. Poucas possuíam Curso Superior e quando isto acontecia, quase sempre, era na área do magistério, da medicina ou da odontologia, com consultórios montados em suas próprias residências. Além destas, a área das letras “também era uma inserção possível. Contudo, o desenvolvimento intelectual, quase sempre, não representava possibilidades de notoriedade pública”.

Os estudos sobre essa temática inserem-se no quadro vasto de teorização, com os quais compartilhamos a idéia de que a mulher marca o seu desenvolvimento profissional, como professora primária, fator preponderante da construção da sua identidade profissional.

Para esta pesquisa, temos como ponto de partida a primavera de 1947. O início da estação fez desabrochar, na classe dos professores do Estado da Bahia, uma rosa que marca a História da Educação e da Mulher. Já que, segundo Scott (1992b, p. 77):

[...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.

Procuraremos reparar, na História da Educação Baiana, o papel fundamental das professoras primárias da rede estadual de ensino, na criação da entidade representativa de classe. Como de costume, no mês de setembro, as unidades escolares da capital baiana festejavam a chegada da primavera com muita animação. Contudo, na Escola Estadual Maria Quitéria estourou uma inquietação; para alguns, uma revolta. Os

professores tomam conhecimento de uma Tabela de Cargos e Salários decretada pelo então Governador Octavio Mangabeira que iguala os vencimentos dos professores primários aos dos zeladores.

Como uma bomba que devasta corpos e vida, esta chega devastando as alegrias e provocando revoltas dos professores da Escola Estadual Maria Quitéria que conseguem articular-se com outras Unidades Escolares, pois teria que ser feito algo que viesse demonstrar a “capacidade e a união dos Professores contra o que se achava injusto e desrespeitoso” (REVISTA DA SUPP, 1957, p. 15).

Lúcia Barreto Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Aragão, Irene de Araújo Falcão, Abelita Gama da Paixão, Helena Sampaio Cruz, Maria Costa Figueiredo e Eleusina Uzel, não satisfeitas com a situação, constituem-se como representantes do movimento e redigem uma carta de indignação que é publicada no jornal **A Tarde**. A situação da categoria não é resolvida, e o grupo resolve convidar os professores, por meio de visitas às escolas, para uma reunião a fim de explanar a insatisfação da classe.

Lucia idealizou e realizou o maior movimento de união dos professores primários, criando, com um grupo de colegas da Escola Maria Quitéria, onde ensinava, a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), com o apoio e entusiasmo de Luzia Martins, a grande líder, e muitos outros colegas (ARAGÃO, 2002).

A reunião culminou com a criação da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), que passou a convocar novos colegas por meio de anúncios em jornais. Os anúncios passaram a ser freqüentes e eram financiados pelos próprios professores que, logo após, resolveram montar um jornal – **A Voz do Professor** – para viabilizar a socialização das informações entre os professores. O movimento se organiza e ganha repercussão estadual, a ponto de, até o secretário estadual de Educação e Saúde, Anísio Teixeira, solidarizar-se com os

anseios dos professores. Assim, surge a SUPP, uma entidade criada para defender os interesses dos professores primários no Estado da Bahia.

Em suma, a participação feminina nas entidades de classes e de categorias sempre foi marcada por muita desconfiança pela sociedade civil e pelas próprias entidades. Assim, aqui pudemos ver como, mais uma vez, as mulheres rompem os obstáculos que as direcionam para os afazeres domésticos e profissões consideradas menos privilegiadas socialmente e se vêem na linha de frente dos movimentos sociais e de interesse de classe.

### **Considerações finais**

O processo de construção de uma identidade e valorização profissional conduziu as professoras primárias da Escola Maria Quitéria a lutar contra uma equiparação salarial que não consideravam justa. Ainda que na prática docente fique evidente o discurso da democracia e da ética, ao dissertar essa temática não estamos livres em incorrer em preconceito.

Num espaço de tempo em que se vivia o tumultuado final da “Segunda Grande Guerra Mundial” e em que as diferenças locais, nacionais e internacionais fizeram ressurgir os movimentos sociais (negro, índio, operário, etc.), as diferenças entre as classes ficaram mais evidentes. É possível então perceber que o movimento baiano não estava dissociado de um contexto local, nacional e internacional. Pelo contrario, ele é resultado de ideais democráticos que imperavam na época.

Dessa forma, entendemos que o movimento das professoras primárias constitui-se num momento de reflexão e amadurecimento profissional. Reflexão porque estabeleceu os alicerces para a valorização dos professores primários da rede estadual de ensino tanto no aspecto financeiro como na elevação da auto-estima. Ao longo do tempo, vieram o amadurecimento e as lutas sucessivas para o respeito e valorização da classe.

A nossa pretensão de resgatar um segmento da experiência humana, no contexto de um passado lembrado, de um presente dinâmico e de um futuro a ser construído por meio do uso de fontes orais – depoimentos –, nos estimula à reflexão sobre as formas pelas

quais a História é construída. Em resumo, entendemos que a História Oral, como metodologia de pesquisa, é uma História vista de baixo, uma História local e comunitária, que procura retratar a história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a História oficial sepultou. Levando em conta essas premissas, ela é necessária para (re) afirmar aqueles e aquelas que lutaram para a construção deste país.

**FEMME, PROFESSEUR ET ACTIVISTE SOCIAL:  
LE MOUVEMENT DE LES PROFESSEURS PRIMAIREES  
DE L'ÉTAT DE BAHIA, EN 1947**

**Résumé:** La mobilisation des femmes professeurs primaires de l'état de Bahia, Brésil aux années 40, c'est le but de l'étude. Le mouvement social montre le rôle de la femme autant que femme, elle même et son côté professionnel et qui aboutit à la création de la Société Unifiée des Professeurs Primaires de l'état de Bahia. La valorization de leur travail, a été le motif du mouvement et l'analyse de ces faits selon la memoire et l'éclairage de ceux qui l'ont vécu, c'est comment l'étude a été performée.

**Mots-clés:** Histoire de l'Éducation. Mémoire. Genre. Mouvement Social.

**Referências Bibliográficas**

ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Uma escola saiu do lixo. **A Tarde**, Salvador, 12 out. 2002. Caderno 2, Seção Ultraleve, p. 3.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre:** imagens e auto-imagem. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUBY, G; PERROT, M. **História das mulheres:** o século XX. Porto: Afrontamento, 1995.

FAGUNDES, Tereza C. P. (Org.). **Ensaio sobre identidade e gênero.** Salvador: Helvécia, 2003.

FREITAS, Joseania Miranda. **A história da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato:** entrelaçamento de personagem e instituição. 2001. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Maria Marta Leone. **Magistério e condição feminina**: um estudo sobre a identidade de gênero no ICEIA. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LIVRO DE POSSE DA DIRETORIA DA SUPP. Salvador, Livro 1, 1947-1970, p. 01-04.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.  
MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º grau**: da competência técnica ao compromisso político. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PASSOS, Elisete Silva. **Mulheres moralmente fortes**: o ideal perseguido pelo Instituto Feminino da Bahia 1945-1975. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

\_\_\_\_\_. **A educação das virgens**: um estudo do cotidiano no Colégio Nossa Senhora das Mercês. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

REVISTA DA SUPP. Revista Comemorativa do 1º Decênio da SUPP (1947-1957). Salvador, v. 1, n. 1, jul. 1957.

SAFFIOTI, Heleieth I. L. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.